

Pluralizando narrativas sobre os povos indígenas no Nordeste. Formação e atuação de estudantes em meio à exposição etnográfica *Os primeiros brasileiros*

Rita de Cássia Melo Santos^a



^aPós-doutora (EHESS), mestre e doutora em Antropologia Social (PPGAS/Museu Nacional/UFRJ)

Correo electrónico: santos.cm.rita@gmail.com; ritacmsantos@cchla.ufpb.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9368-6176>

Recebido: 2 de maio de 2024. Aprovado: 16 de julho de 2024. Publicado: 31 de janeiro de 2025

Resumo:

O artigo pretende explorar, a partir do caso da exposição *Os primeiros brasileiros*, realizada entre 2006 e 2021 em diferentes cidades do Brasil e do exterior, o processo de mobilização, formação e atuação de estudantes em diferentes níveis de escolaridade. Longe de pensá-la como a única responsável por tais processos, a exposição *Os primeiros brasileiros* constituiu um espaço de confluência, no qual se propôs uma relação criativa e fecunda entre história, tempo, coleções etnográficas e a própria antropologia. Além disso, produziu interações e condições para a emergência de novos materiais e atores sociais posicionados em diferentes campos de atuação e que, a partir daí, começaram a atuar à sua própria maneira, gerando novos efeitos no campo dos museus, da antropologia e das artes.

Palavras-chave:

Exposições etnográficas, história da antropologia, povos indígenas, extensão, educação museal, extensão universitária, processos colaborativos

Pluralizing narratives about indigenous peoples in the Northeast. Training and performance of students in the midst of the ethnographic exhibition *The First Brazilians*

Abstract:

The article aims to explore the process of mobilisation, training, and performance of students at different levels of education, based on the case of the exhibition *The First Brazilians*, held between 2006 and 2021 in different cities in Brazil and abroad. Far from thinking of it as solely responsible for these processes, the exhibition *The First Brazilians* as a space of confluence, in which a creative and fruitful relationship was proposed between history, time, ethnographic collections and anthropology itself, producing interactions and conditions for the emergence of new materials and social actors positioned in different fields of activity, who then began to act in their own way, generating new effects in the field of museums, anthropology, and the arts.

Keywords:

Ethnographic exhibitions, history of anthropology, indigenous peoples, extension, museum education, university extension, collaborative processes

Pluralizando narrativas sobre los pueblos indígenas del Nordeste. Formación y actuación de alumnos en medio de la exposición etnográfica *Los Primeros Brasileños*

Resumen:

El artículo tiene como objetivo explorar el proceso de movilización, formación y actuación de estudiantes de diferentes niveles de enseñanza, a partir del caso de la exposición *Los Primeros Brasileños*, realizada entre 2006 y 2021 en diferentes ciudades de Brasil y del exterior. Lejos de pensarla como la única responsable de estos procesos, la exposición *Los Primeros Brasileños* se constituyó como un espacio de confluencia, donde se propuso una relación creativa y fructífera entre la historia, el tiempo, las colecciones etnográficas y la propia antropología. Adicionalmente, produjo interacciones y condiciones que permitieron surgimiento de nuevos materiales y actores sociales posicionados en diferentes campos de actividad, quienes pasaron a actuar a su manera, generando nuevos efectos en el campo de los museos, la antropología y las artes.

Palabras clave:

Exposiciones etnográficas, historia de la antropología, pueblos indígenas, extensión, educación museística, extensión universitaria, procesos de colaboración

Introdução

Em 2023, a indígena Glicéria Tupinambá ganhou o prêmio Pipa por sua produção com o Manto Tupinambá. O Pipa, uma das maiores premiações no âmbito da arte contemporânea brasileira, é responsável por consagrar artistas de trajetória recente. A indicação ao prêmio realizada por um comitê já havia selecionado Glicéria em 2022 e reafirmou a sua candidatura vitoriosa no ano de 2023. A trajetória de reconstrução do manto Tupinambá pela indígena artista e ativista remonta ao ano de 2006, quando Glicéria realizou o primeiro manto destinado à exposição *Os primeiros brasileiros*, de curadoria de João Pacheco de Oliveira (ICOM, 2022), professor titular do Programa de Pós-Graduação do Museu Nacional/UFRJ e curador das coleções etnográficas da mesma instituição. A mostra, inicialmente pensada como temporária, foi exibida por 15 anos em mais de uma dezena de cidades e cujas montagens e exibições pude acompanhar ao longo desse tempo na condição de assistente de curadoria em todas as edições.

Se a trajetória artística de Glicéria é assinalada pela equipe do prêmio Pipa no tempo compreendido entre 2006 e os dias atuais, a trajetória do manto corresponde a um período de mais de 500 anos atrás, período sobre o qual a exposição se debruçou para contar sobre a persistente permanência dos povos indígenas na região Nordeste do Brasil, uma área de intenso contato desde os primeiros anos de colonização. Esse, inclusive, era um dos objetivos centrais da mostra. Debruçar-se e construir narrativas para o grande público que refletissem sobre as condições da presença dos indígenas ao longo do tempo ao mesmo tempo que analisava criticamente a produção de um certo entendimento dessa região, inclusive por intelectuais, como despojada da presença de povos autóctones. À época em que a exposição foi idealizada, ainda subsistia o questionamento à autenticidade e à pouca distintividade cultural em relação aos povos indígenas do Nordeste em relação à população em geral. Os Tupinambás, povo ao qual Glicéria está vinculada, também estavam submetidos a esse mesmo teor preconceituoso. Relatados pela historiografia como um dos primeiros povos a travarem contato com os europeus, eram desconsiderados como indígenas na região, apesar de sua presença ser largamente documentada ao longo de todo o período.

Apesar do discurso generalizado e de uma profunda crença acerca do extermínio dos povos indígenas no Nordeste, havia diferentes movimentos artísticos, literários e políticos que os celebravam enquanto antepassado mítico, responsáveis pelas origens da nação brasileira (Pacheco de Oliveira, 2016). Os objetos provindos dos contextos de contato indígenas, como o manto Tupinambá, eram tomados como testemunhos dessas coletividades, sendo uma das provas incontestes da pujança e beleza dessas culturas. Esse movimento se prolongou no caso do Brasil por todo o século XIX, período de fundação nacional; e, durante a primeira metade do século XX, quando a recriação do Estado a partir da proclamação da República, instituiu novas formas de relacionamento com esses grupos marcada pela tutela como modo administrativo privilegiado sem contudo abandonar a idealização dessa fundação mítica (Souza Lima, 1995).

Situados em posições completamente distintas, ao longo de todo século XIX e XX, esses povos tomavam parte ativamente nesse processo de formação de coleções e produção

de emblemas nacionais, porém, com objetivos e usos bastantes distintos dos agentes do Estado (Santos, 2016, 2020, 2022; Pacheco de Oliveira, 2007). Esse movimento também contínuo no tempo levou à formação de um amplo acervo marcado por muitas camadas de significação que passaram a ser desvendadas, sobretudo, a partir dos fins do século XX quando essas comunidades passaram a buscar esses objetos e a empreender novos usos e significados para eles. A identificação e o trabalho com os diferentes exemplares do manto que resistiram ao longo do tempo em museus e instituições europeias por Glicéria, por exemplo, não possuem apenas uma dimensão artística, como pode sugerir uma premiação do nível do Pipa. Trata-se, como ela mesma aponta, de uma luta política, cultural e espiritual (ICOM, 2022). A formulação inicial, portanto, do manto relacionada à exposição *Os primeiros brasileiros* em muito extrapolou os seus contornos, extravasando para outros campos e domínios. Como um processo criativo e político que segue produzindo efeitos após ser deflagrado.

Em outra ocasião, João Pacheco de Oliveira e eu descrevemos o contexto e o processo de conceituação da exposição inicial (Pacheco de Oliveira e Santos, 2019). Nesse artigo aqui apresentado, me interessa pensar como se deram os entrelaçamentos entre antropologia, museus, memória e patrimônio, que permitiram o deflagramento de ações como as empreendidas por Glicéria e por muitos outros integrantes vinculados a essa exposição. Longe de pensá-la como a única responsável por tais processos, penso na exposição *Os primeiros brasileiros* como um espaço de confluência, no qual se propôs uma relação criativa e fecunda entre história, tempo, coleções etnográficas e a própria antropologia. Onde se produziram interações e condições para a emergência de novos materiais e atores sociais posicionados em diferentes campos de atuação e que a partir daí começaram a atuar à sua própria maneira, gerando novos efeitos no campo dos museus, da antropologia e das artes.

Na inauguração da primeira mostra, nos dizia Uilton Tuxá, à época coordenador da Associação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santos (APOINME) - uma das principais articuladoras na realização da exposição - “ainda temos muito mais a mostrar” (Pacheco de Oliveira e Santos, 2019, p. 431). Sua posição abandonava as suspeitas iniciais de que a produção de uma coleção etnográfica de grande monta no Nordeste não fosse possível; e, diante dos resultados apresentados em 2006, sua fala reage à surpresa e à constatação de todo um caminho por vir, do muito que os indígenas do Nordeste possuíam àquela época e do muito que viriam a realizar. E é desse ponto, quase duas décadas depois, que eu gostaria de refletir. O que era para ser “apenas” uma mostra temporária, acabou por se tornar um espaço de difusão de antropologias. Um solo fértil a partir do qual foram brotando novos e distintos projetos, porém conectados a um mesmo objetivo - a construção de novas narrativas sobre os povos indígenas no Brasil, formuladas a partir de revisão crítica sobre o fazer antropológico.

A retomada de uma reflexão acerca de um processo do qual fui parte, testemunha e resultado busca sistematizar e ordenar dispositivos que foram significativos à época da sua realização e que continuam a operar no campo da antropologia crítica e dos museus hoje. Trata-se de uma forma de pensar criticamente os efeitos decorrentes da realização desse experimento refletindo sobre as possibilidades de sua utilização hoje. Isso me parece

particularmente interessante no atual contexto em que temáticas como ações colaborativas e protagonismo indígena parecem se revestir de uma novidade e uma saída fácil para os desafios postos aos museus, seus acervos e às coleções etnográficas, sobretudo as oriundas de um contexto colonial de produção. Ademais, particularmente em relação ao contexto acadêmico brasileiro, as ações de extensão - antes tidas como atividades de segunda ordem frente à pesquisa e à docência - estão ganhando um novo status de avaliação e pontuação junto aos órgãos de regulamentação da pós-graduação e, por consequência, sendo recentemente enfatizadas por docentes e pesquisadores.

Esse cenário que possui uma localização definida no campo antropológico brasileiro, me parece ressoar em outras antropologias latino-americanas por meio da exigência cada vez mais recorrente das comunidades autóctones (e outras) na apresentação de contrapartidas e retornos aos trabalhos acadêmicos realizados. Um trabalho unicamente relacionado ao campo científico vem se tornando cada vez menos interessante e inaceitável por parte das comunidades tradicionais. Essa recusa, longe de ser um movimento organizado, vem ganhando cada vez mais corpo na região, embora o debate sobre essa dimensão e o papel colaborativo a ser desempenhado pelos antropólogos em situações de campo não seja necessariamente novo (Jimeno, 2005, 2000; Vasco, 2007; Rapaport, 1998). Nesse sentido, esse artigo também reflete sobre as condições de realização de empreendimentos antropológicos colaborativos desde a universidade, com foco em sua relação com a sociedade envolvente mais ampla, em especial, às populações indígenas e às demandas que vem sendo postas aos museus e aos seus objetos.

Conectando espaços distintos, adequações de uma mostra temporária na longa duração

Um aspecto inusitado da mostra *Os primeiros brasileiros* diz respeito à sua longa duração. Ao longo de 15 anos, foram realizadas mais de dez mostras em diferentes cidades até a sua conversão em mostra virtual em 2021, período de sua última versão pública, considerando o momento de elaboração desse texto em abril de 2024. O prolongamento da mostra temporária em uma exibição de longa-duração, superior inclusive a muitas mostras permanentes, deu-se por razões diversas. Dentre os aspectos que já sugeri na introdução a esse texto, destaca-se sua íntima associação com a pesquisa e a produção científica que permitiu a sua exibição concomitante a diferentes congressos acadêmicos e museus universitários, foi o caso das exposições em Recife, 2007, junto com a reunião da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS); no Rio de Janeiro, em 2009, no Museu Nacional vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ); Natal, em 2014, com a 29ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA); em Salvador, entre 2016 e 2027, no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (MAE/UFBA); e, em Córdoba, Argentina, 2013, junto com a 10ª Reunião de Antropologia do Mercosul (X RAM).

Gostaria de acrescentar uma segunda dimensão fundamental à longevidade da exposição, também já sugerida na introdução, o papel decisivo desempenhado pelas populações

indígenas em sua concepção e diferentes exposições. Em relação à concepção, destacamos a atuação realizada pela Associação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) ao longo da formação da coleção inicial. Ela foi decisiva formação da rede de artesãos e doadores indígenas que produziram objetos e dados da coleção etnográfica apresentada, bem como, para realização de assembleias e seminários exclusivos dos povos indígenas realizados em diferentes exposições, como as de 2006, em Recife, no Museu da Cidade do Recife; e, a de 2009, no Rio de Janeiro, no Museu Nacional. Nessas ocasiões, pautas do movimento indígena co-relacionadas à temática da exposição puderam ser debatidas e organizadas de modo mais amplo, gerando outros desdobramentos dessas ações. Sobre as condições e aspectos desse duplo vínculo - acadêmico e com o movimento social indígena - retomarei mais à frente a partir das situações analisadas.

Um terceiro aspecto que fomentou a sua realização e dos produtos a ela associados foi a aprovação em 2008 da lei 11.645/2008 que estabeleceu como obrigatório o ensino da história e da cultura indígenas e afro-brasileira na educação básica. Essa mudança legal provocou uma busca por materiais didáticos específicos voltados para esse fim e cabe destacar, naquele momento, serem escassos e pouco difundidos. O impacto dessa lei se deu pelos pedidos recorrentes de consulta à base de pesquisa da exposição, que foi atendida por meio da elaboração de um mini-documentário, realizado em 2009, no período de exibição da mostra no Museu Nacional do Rio de Janeiro¹; de uma cartilha financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ) através de um projeto de apoio à produção de material didático²; e da realização de cursos de formação e da exposição *Os primeiros brasileiros (versão mini)* financiada pelo SESC por meio de projetos submetidos sob minha coordenação entre 2014 e 2015 e que analisarei na segunda parte desse artigo.

E, por fim, e não com menor impacto sobre a exposição, o incêndio ocorrido no Museu Nacional em 2018. Na ocasião, a exposição estava em exibição no Memorial dos Povos Indígenas, em Brasília. Longe das chamas, foi a única coleção etnográfica vinculada ao Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional (SEE/MN) a não sucumbir ao incêndio. Após esse fatídico acontecimento, houve o pedido para montagem da exposição no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, em 2019; e do processo de conversão dela em uma versão digital lançada em 2021, com um novo guia didático (SAE, Santos, 2021) e uma compilação de materiais complementares que foram reunidos numa aba específica do site, consolidando a produção escrita e de audiovisual realizada ao longo de suas diferentes versões.³

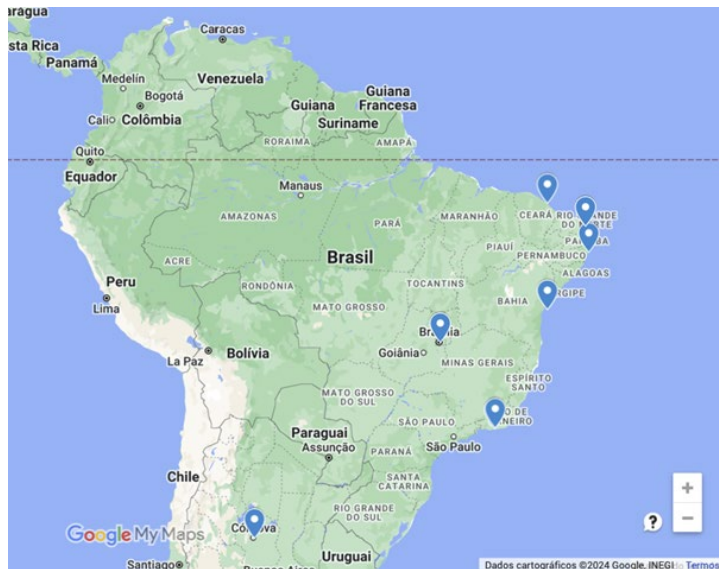
1 O mini-documentário de direção de Bruno Pacheco de Oliveira conta hoje com mais de 36 mil visualizações e pode ser assistido em: <https://www.youtube.com/watch?v=J8AS-aeqsfU&t=2s>

2 Sob coordenação de João Pacheco de Oliveira e intitulado “A participação indígena na construção do Brasil”, o projeto para elaboração da cartilha foi financiado pelo Edital FAPERJ n.º 08/2012 “Apoio à Produção de Material Didático para Atividades de Ensino e/ou Pesquisa 2012” e contou com a participação além de João Pacheco de Oliveira e eu, de Crenivaldo Regis Veloso Júnior e de Marcus Vinícius Silva Gomes, respectivamente, historiador vinculado ao Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional/UFRJ e geógrafo vinculado ao Colégio Pedro II; além da designer Clarisse Earp, do UMA Studio, responsável pela diagramação e identidade visual do material e da exposição.

3 A versão digital e os conteúdos extra encontram-se, respectivamente, disponíveis em: <https://osprimeirosbrasilieiros.mn.ufrj.br/> e <https://osprimeirosbrasilieiros.mn.ufrj.br/pt/conteudos-extras/>

Quadro 1. Síntese das mostras principais da exposição *Os Primeiros Brasileiros*

	Local	Período	Eventos associados
1	Recife, Museu Forte das Cinco Pontas	07 de dezembro de 2006 a 11 de fevereiro de 2007	Seminário interno da APOINME
2	Recife, Universidade Federal de Pernambuco	07 de maio a 20 de junho de 2007	XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 29 de maio a 01 de junho de 2007, 2.600 participantes
3	Fortaleza, Centro Dragão do Mar	20 de setembro a 30 de dezembro de 2007	
4	Rio de Janeiro, Museu Nacional (UFRJ)	15 de agosto a 29 de novembro de 2009	Seminário Museus e Povos Indígenas
5	Córdoba, Museu Evita Péron (Argentina)	10 de julho de 2013 a 31 de outubro de 2013	X Reunião de Antropologia do Mercosul, 10 a 13 de julho de 2013. Sem dados localizados sobre o número de participantes
6	Natal, Museu Câmara Cascudo	11 de junho a 27 de setembro de 2014	29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 03 a 06 de agosto de 2014, 3.750 participantes
7	Salvador, Museu de Antropologia e Arqueologia (UFBA)	02 de julho de 2016 a 02 de julho de 2017	
8	Brasília, Memorial dos Povos Indígenas	28 de agosto de 2018 a 16 de dezembro de 2018	31ª Reunião Brasileira de Antropologia, 09 a 12 de dezembro de 2018, 2.700 participantes
9	Rio de Janeiro, Arquivo Nacional	02 de outubro de 2019 a 30 de abril de 2020 (encerrada em março de 2020, em virtude da Covid-19)	

**Figura 1.** Localizações geográficas das mostras principais da exposição *Os Primeiros Brasileiros*

Fonte: Elaborado pela autora, plataforma Google Maps

Esse longo trânsito compreendido entre 2006 e 2021 implicou numa série de adequações espaciais que alteraram os modelos expográficos e provocaram a reconstrução da narrativa e de seus conteúdos a partir das condições físicas e de pessoal de cada instituição receptora. Um exercício de síntese e de expansão se deu a cada nova edição, bem como a mobilização de elementos específicos do contexto em que a mostra era realizada a fim de permitir uma maior conexão e diálogo com o público local. Longe de tomar a dezena de mostras e analisar o contexto específico de cada uma, gostaria de centrar a análise em duas situações radicalmente distintas. A primeira, inaugural, situada na cidade de Recife-PE (2006), com a ocupação de cerca de 2 mil metros quadrados do Forte das Cinco Pontas, uma construção colonial do século XVII; e a menor mostra, realizada por meio do convênio com o SESC (2014) e também exibida no Colégio Pedro II (2015/2016) com uma área de exibição de aproximadamente 30 metros quadrados, localizadas na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro-RJ.

O contraste entre essas duas situações busca permitir a compreensão da dinâmica adotada entre esse ir e vir, de expansão e síntese, destacando os aspectos mais centrais da narrativa expográfica; analisar os elementos que conduziram sua longevidade ao longo tempo a partir da operação em situações concretas relacionadas a duas das dez exposições; e, permitir uma reflexão sobre os processos de formação e engajamento de um novo corpo de atores sociais vinculados à temática e mobilizados desde situações que envolveram a concepção e realização de diferentes momentos e produtos da exposição. Dado que o primeiro aspecto foi em parte detalhado em um artigo anterior (Pacheco de Oliveira e Santos, 2016), centrei os dois últimos aspectos indicados com maior ênfase.

Situação 1 - Exposição *Os Primeiros Brasileiros*, Museu da Cidade do Recife, 2006

A primeira realização da exposição se deu na ocupação do Museu da Cidade do Recife, localizado no interior do Forte das Cinco Pontas, na cidade de Recife, uma das capitais do Nordeste, reconhecida por sua intensa atividade no âmbito da cultura. À época, a cidade estava no segundo mandato do prefeito João Paulo Lima e Silva, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Naqueles anos, João Paulo havia conduzido uma forte política de descentralização cultural e reavivamento de antigas tradições culturais em contraposição ao contexto imediatamente anterior de privatização dos eventos da cidade. A realização do carnaval multicultural e a proibição dos trios elétricos privados foram alguns dos muitos exemplos da política adotada por João Paulo naqueles anos de valorização do elemento local em detrimento das manifestações artísticas oriundas de outras regiões.

Esse período coincide atuação de Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura – MinC (2003-2008). À época, um cantor já consagrado, Gil assumiu o comando do Ministério da Cultura e adotou uma política cultural igualmente descentralizada e a favor do fortalecimento das localidades. Segundo Dias (2021), a noção de “política cultural” passa a ganhar espaço no Brasil a partir dos anos 2000. É durante a gestão de Gil que ela alcança novos patamares com a ampla realização de seminários, consultas populares e a

ênfase no desenvolvimento cultural com fins econômicos. O programa Cultura Viva, lançado em 2004, é exemplar da gestão adotada por Gil à frente do Ministério da Cultura. Nesse programa, havia o objetivo de mapear diferentes iniciativas culturais no interior do Brasil e também nas periferias das grandes cidades. Dele se desdobrou os *Pontos de Cultura*, uma modalidade de financiamento para compra de equipamentos e fortalecimento de iniciativas museais, centros culturais, etc. Num momento inicial, os pontos de cultura constituíram uma importante formalização de iniciativas já em curso pelo Brasil. Posteriormente, eles foram segmentados, dando ênfase inclusive a grupos populacionais específicos, a exemplo dos povos indígenas, o que deflagrou um processo interessante de formação de museus e centros culturais indígenas.

Essa opção levou a uma intensificação dessas ações junto a esses grupos, numa atuação que poderíamos apontar como de escala micro, já que seus efeitos estavam fortemente vinculados aos territórios e os seus alcances não extrapolavam as regiões onde estavam situados. O Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura (Prodec), lançado em 2006, foi outro exemplo desse tipo de ação política e econômica da pasta de cultura. Ele enfatizava três eixos fundamentais: a música, o audiovisual e as festas populares, e maximizava as ações do Ministério da Cultura em escalas intermediárias de ação. No âmbito das pautas mais amplas, ao invés de uma abordagem por segmentos culturais, como a “música” ou “artes cênicas” (como estava estabelecido nas gestões precedentes do MinC), foram adotadas secretarias transversais, como políticas culturais, identidade e diversidade cultural, entre outras, que maximizaram e radicalizaram essas ações no âmbito nacional.

As ações empreendidas naqueles anos no âmbito da administração pública da Cultura não se restringiam especificamente às atividades do governo e de seus ministérios. Elas foram acompanhadas pelas agências de fomento estatais, principais financiadoras da cultura no Brasil. Assim, os editais da Petrobras, BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal passaram a ser recorrentes e adotaram os eixos de investimento apontados pelo governo federal, possibilitando proposições que dialogavam com as diferentes tradições brasileiras. Foi a partir desse contexto de vigor e de valorização da pluralidade cultural nacional que se originou o primeiro financiamento da mostra *Os primeiros brasileiros*. Com recursos oriundos do edital da Petrobras Cultural e executado pela produtora cultural da Raízes da Tradição, coordenada por Ana Paula Jones, os recursos permitiram que a idealização da exposição viesse a cabo de forma autônoma e remunerando os indígenas pela produção das peças destinadas à formação da coleção etnográfica apresentada.

Outro aspecto primordial na concepção e idealização da exposição, presente inclusive na elaboração do seu projeto, foi o seu caráter fortemente ancorado em pesquisas acadêmicas até então recentes que assinalavam a necessidade de ampliação de um debate crítico em relação à ideia de “mistura” e de “miscigenação” associadas aos povos indígenas do Nordeste.

No início dos anos 2000, ainda subsistia na região uma certa suspeita em relação aos povos indígenas que ali habitavam. Apontados como “pouco índios” devido ao uso do idioma português, sua baixa distintividade fisionômica em relação à população circundante e as relações, matrimoniais inclusive, estabelecidas com outros grupos populacionais, como

quilombolas, pardos entre outros. Eles eram entendidos na arena pública mais ampla como “caboclos” ou “descendentes” e não mais como os indígenas “autênticos”, localizáveis na região Norte do país. Nesse sentido, cabe apontar que, na esfera acadêmica universitária, estava em curso desde fins de década de 1980 um conjunto muito amplo de investigações sobre essas populações e sua etnicidade.

Essa dimensão acadêmica era reforçada pela curadoria de João Pacheco de Oliveira, à época já reconhecido antropólogo, ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA, biênio 1994–1996). Durante os anos de realização da exposição, João Pacheco de Oliveira ocupou a posição de pesquisador visitante na Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), em Recife, e conduziu um conjunto de cursos temáticos no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Nessa ocasião ainda, coordenou com Marcondes Secundino um projeto de atualização do Atlas das terras indígenas do qual havia derivado uma publicação referencial sobre os indígenas do Nordeste e havia formado um importante e atuante grupo de novos antropólogos dedicados aos estudos das populações indígenas do Nordeste (Pacheco de Oliveira, 1994; 2004 [1999]).⁴ Um marco significativo desse processo de reversão do preconceito acadêmico sobre os povos indígenas do Nordeste foi a publicação do seu artigo “Uma etnologia dos índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais” (Pacheco de Oliveira, 1998) que logo se tornou uma referência para os estudos em curso.

Naqueles anos na Fundaj, houve uma reatualização do projeto anterior. Foram mobilizados mais de uma dezena de estudantes de graduação em História e Ciências Sociais que passaram a colaborar com a pesquisa em arquivos e a produção de dados tanto para o novo Atlas quanto para a exposição *Os primeiros brasileiros*. Dentre os estudantes que participaram dessa iniciativa, destaco a participação de Mariana de Albuquerque Dantas⁵, Thaís Nogueira Brayner⁶ e, entre outros, eu própria⁷, que passamos a dialogar em

4 Cabe destacar que no âmbito da UFPE ocorriam ainda outras iniciativas, a exemplo da ação coordenada por Renato Athias a frente do NEPE - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade. Tais como, o estudo e a digitalização da Coleção Carlos Estêvão sob guarda do Museu do Estado de Pernambuco (Athias, 2003). Os projetos aí desenvolvidos levaram à formação de um conjunto de outros pesquisadores igualmente dedicados à temática.

5 Mariana de Albuquerque Dantas igualmente deu continuidade aos seus estudos relativos à temática indígena, dedicando-se ao estudo dos aldeamentos e participação política dos indígenas de Pernambuco. Após a conclusão de sua graduação (2006), também em História na UFPE, mudou-se para o Rio de Janeiro onde, sob orientação de Regina Celestino, concluiu seu mestrado (2010) e doutorado (2015). Sua tese premiada pelo Arquivo Nacional foi publicada em 2018 sob o título de “Dimensões da participação política indígena: Estado nacional e revoltas em Pernambuco e Alagoas, 1817–1848” (Dantas, 2018). Atualmente, Mariana Dantas é professora no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

6 Thaís Nogueira Brayner concluiu sua graduação em Ciências Sociais na UFPE (2008) com um trabalho dedicado a analisar a percepção dos visitantes da exposição *Os primeiros brasileiros* acerca dos indígenas do Nordeste (Brayner, 2008). Em 2011, após a sua aprovação como docente da rede básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (cujo vínculo permanece até os dias atuais), muda-se para Brasília onde realiza o mestrado na Universidade de Brasília (UnB), sob a orientação de Stephen Baines, sobre o Santuário dos Pajés, um espaço de presença indígena no interior do plano piloto da capital do Brasil (Brayner, 2013).

7 Após a conclusão da minha graduação em História (2007) na UFPE, me mudei para o Rio de Janeiro e, sob orientação de João Pacheco de Oliveira, concluí o meu mestrado (2011) e o meu doutorado (2016) no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ. Ambos os trabalhos dialogaram fortemente com o contexto de

termos teóricos e metodológicos com a proposição de uma determinada antropologia, focada mais na permanência das fronteiras étnicas ao longo do tempo e nos diferentes processos de territorialização de que foram alvo essas populações ao invés da centralidade dos conteúdos culturalistas já revistos por uma antropologia crítica (Pacheco de Oliveira, 2004 [1999]).

A noção de territorialização elaborada por Pacheco de Oliveira (1998, 2004) tem forte ancoragem na noção de situação colonial desenvolvida nos trabalhos de Balandier (1951), re-elaborada por Cardoso de Oliveira (1964), pelos africanistas franceses e, posteriormente, por Stocking Jr. (1991). O que o autor denomina de “processo de territorialização” é:

O movimento pelo qual um objeto político-administrativo — nas colônias francesas seria a “etnia”, na América espanhola as “reducciones” e “resguardos”, no Brasil as “comunidades indígenas” — vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso). (Pacheco de Oliveira, 1998, p.56).

Aqui precisamos fazer uma pausa e entender que tipo de conhecimento acadêmico estava sendo produzido e qual era a posição tomada por esses intelectuais na arena pública. Longe de pensar a produção de conhecimento como algo asséptico e realizada à semelhança do laboratório, a concepção de conhecimento implicada na exposição advinha de um lugar de produção fortemente dialógico e em parceria com as comunidades indígenas (Pacheco de Oliveira, 2006, 2018). Essa interlocução profunda, uma marca de um certo tipo de antropologia feita no Brasil, possui amplo diálogo com outras tradições antropológicas latino-americanas (Ribeiro e Escobar, 2006; Restrepo e Escobar, 2005; Cardoso de Oliveira, 1999) e aportou na exposição essa dimensão central do alinhamento da construção narrativa aos projetos políticos empreendidos pelas populações indígenas as quais estava referida e que tiveram um papel central em sua formulação (Pacheco de Oliveira e Santos, 2019).

formação de coleções etnográficas, no mestrado dedicando-me ao estudo da coleção Roquette-Pinto, abrigada no Museu Nacional (Santos, 2011, 2020); e, no doutorado, ao estudo da coleção etnográfica formada por Johannes Natterer e abrigada no Weltmuseum na cidade de Viena, Áustria (Santos, 2016).



Figura 2. Vista da entrada do Forte das Cinco Pontas, Recife, 2006.

Fonte: Foto de Bruno Pacheco de Oliveira.

Para compreender como visualmente essa proposta teórica e metodológica de um certo fazer antropológico confluiu para a formulação da narrativa, podemos dizer que a exposição foi organizada em quatro grandes regimes⁸: *O encontro, o mundo colonial, o mundo Indígena e o mundo contemporâneo*. O primeiro momento contava dos primeiros anos de colonização, onde se buscou retomar a dimensão do maravilhamento associado ao encontro (Greenblatt, 1996). Enfatizou-se nesse espaço o processo de travessia entre os dois continentes (Europa e América), as condições demográficas e organizativas nos dois espaços, e a diversidade de povos indígenas que habitavam a região Nordeste quando da chegada dos europeus. Isso se materializou na apresentação imagética desses diferentes grupos, recorrendo às cartas geográficas e suas vinhetas, mas também, recorrendo a pinturas e gravuras realizadas em um tempo distinto do século XVI. O que buscávamos nesse primeiro momento, que correspondia às três primeiras salas (1. A viagem, 2. Os primeiros brasileiros, 3. O imaginário colonial), era demover os visitantes da ideia generalizada de que a chegada dos europeus às Américas foi o encontro de uma grande civilização com civilizações primitivas.

O segundo regime, *O mundo colonial*, apresentava o longo processo de implementação da colonização e estava dividido em quatro salas (4. A armadilha da colonização, 5. O abrigo missionário, 6. O indianismo, 7. A extinção dos aldeamentos). Esse regime apresentava as diferentes etapas de se sucederam após o fim das trocas esporádicas relacionadas ao escambo dos primeiros anos coloniais, passava para implementação dos regimes de *plantation* e o trabalho compulsório, finalizando na celebração dos indígenas como símbolo nacional e emblema literário concomitante à declaração de extinção em diferentes

8 Ao longo do tempo, a estruturação teórica utilizada da exposição foi sendo explicitada por meio de diferentes artigos acadêmicos, desses materiais podemos destacar os trabalhos de Pacheco de Oliveira (2011, 2016) que apontam para o aprimoramento da noção de Regimes de Memória; e, Pacheco de Oliveira e Santos (2016) e Roca (2008), para dimensão dos usos do tempo em exposições etnográficas.

províncias do Brasil. Uma lista com mais de uma centena de povos indígenas extintos finalizava esse eixo e provocava nos visitantes uma sensação de arrebatamento e de luto por tudo o que foi cometido contra os povos indígenas.

O terceiro regime, *O mundo indígena*, apresentava uma ampla coleção etnográfica formada em parceria com a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME). Essa coleção, produzida segundo os critérios das comunidades indígenas, foi em parte remunerada pelo tempo do trabalho e os recursos materiais empregados, contudo, houve também uma série de doações empreendidas pelos próprios indígenas que desejavam ver expostos objetos por eles colecionados em tempos precedentes ou que possuíam um forte teor emocional. A exemplo Figura 3, cuja vestimenta da criança foi doada por seus pais para integrar a primeira coleção. Passada mais de uma década da primeira exibição, os doadores reencontraram a imagem da criança e a vestimenta na exposição de Brasília, realizada em 2018. Tomada pela emoção, a mãe da criança indígena agradeceu o cuidado e a conservação do material ao longo do tempo e reafirmou a sua doação, atualizando um dos vínculos dos povos indígenas com a exposição.



Figura 3. Sala *Mundo indígena*. Rio de Janeiro, 2009.

Fonte: Foto de Bruno Pacheco de Oliveira.



Figura 4. Sala *Mundo contemporâneo*. Brasília, 2017.

Fonte: Foto de Bruno Pacheco de Oliveira

A exibição dos objetos como um todo seguia a tipologia de uso (Armadilhas, Utensílios, Armamentos, Adornos, Vestimentas, Animais, Bolsas e objetos de palha, etc.). Em geral, essa parte ocupava uma grande sala com luminosidade direcionada unicamente aos objetos, acompanhados de uma pequena ficha com o nome do objeto, do artesão, o ano e o local de produção. Com frequência, os visitantes surpreendiam-se quando se davam conta da contemporaneidade daqueles objetos e da proximidade geográfica estabelecida. Os objetos apresentados não eram itens de um passado longínquo, tampouco vindos da Amazônia ou do Xingu. Eram produções originadas em cidades conhecidas, muitas vezes situadas a poucas horas de carro do local da exposição e onde, por vezes, moravam também pessoas conhecidas.

Foi no espaço desse regime que o manto tupinambá, narrado na introdução desse artigo, foi imaginado. Na ocasião da primeira mostra, em Recife, o cacique Babau, à época uma das lideranças Tupinambás, ao impactar-se com a mostra prometeu a feitura de um manto. Ao retornar à sua comunidade, encomendou à sua irmã Glicéria a feitura

da peça, que passou a ocupar um espaço reservado no qual era acompanhado de imagens dos outros mantos existentes nos museus europeus e de gravuras que retratavam o seu uso. Um pequeno texto explicando a recriação do manto especialmente para a exposição finalizava os itens aí presentes.

Seguido ao manto, abria-se outro espaço reservado onde itens da espiritualidade indígena, como maracás, cachimbos, vestimentas rituais, entre outros, eram apresentados. Todos os objetos aí apresentados foram encaminhados com fins expositivos desde o seu princípio e com o consentimento das comunidades. A ideia era promover aos visitantes uma imersão controlada e autorizada ao mundo indígena, mostrando-lhes aspectos até então desconhecidos que provocavam uma radical separação entre os “nós, nordestinos” e “eles, indígenas do Nordeste”.



Figura 5. Vista do espaço reservado aos objetos relacionados à espiritualidade indígena. Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2009.

Fonte: Foto de Bruno Pacheco de Oliveira.

Por fim, o último regime, *mundo contemporâneo*, complementando o regime anterior, promovia a singularização da história de doze dos muitos povos indígenas da região Nordeste. Por meio de painéis com fotos e histórias locais, eram apresentados os processos empreendidos por cada um desses povos ao longo do processo colonial. A história de mobilização por meio de articulações e associações também era destacada, bem como um mapa com a indicação das terras indígenas homologadas. Esse elemento causava igualmente surpresa, dado que em alguns estados, como no Ceará, há terras demarcadas em regiões contíguas à capital. Por fim, finalizando esse eixo, um vídeo documentário estabelecia diferentes frentes de diálogo com o público por meio da história de três mulheres indígenas: Maria Pankararu, doutora em linguística; Maninha Xucuru-Kariri, liderança política; e Tininha Potiguara, campeã de surfe. O exemplo de trajetórias femininas tão diversificadas e possíveis de ser comum aos visitantes surpreendia os incautos que ainda resistiam em ver os indígenas como parte exclusivamente da natureza.

Cabe destacar ainda que havia uma apresentação sonora, resultado da pesquisa do etnomusicólogo e antropólogo Edmundo Pereira. Ela seguia todo o percurso da exposição, alternando conforme o contexto apresentado, desde músicas barrocas, como a inserida no contexto do imaginário colonial; até as músicas indígenas, presentes no Primeiros Brasileiros, no regime mundo indígena e na contemporaneidade. O plano expositivo da versão apresentada no Forte das Cinco Pontas foi utilizado como referência para construção da exposição virtual inaugurada em 2021, no contexto pós-incêndio do Museu Nacional. As denominações das salas foram atualizadas e alguns materiais incorporados ao longo das diferentes versões passaram também a figurar na versão digital.⁹ No website da exposição é possível ainda ter acesso aos catálogos, materiais de pesquisa, guias didáticos, vídeos, cartilhas e outros materiais realizados ao longo de suas diferentes exposições.

Situação 2 - exposição *Os Primeiros Brasileiros versão mini*, SESC São Gonçalo, 2014

A exposição realizada no contexto do SESC, em 2014, difere bastante da situação analisada anteriormente. Ela foi pensada a partir de um equipamento cultural cuja origem remonta ao período do Presidente Eurico Gaspar Dutra, fundado ainda em 1946 a partir da confluência de interesses do empresariado brasileiro em fomentar ações de bem-estar social. Passadas mais de seis décadas da sua fundação, esse equipamento espalhado por todas as capitais do Brasil e cidades de pequeno e médio porte se tornou um dos espaços privilegiados para realização de ações no âmbito da educação, saúde, lazer e assistência social. Em muitas cidades, especialmente nas periferias e nas regiões de pequeno porte, suas instalações comumente equipadas com piscinas, quadras, bibliotecas, teatros e salas de exposição e de exibição são a única opção de lazer coletivo.

9 Disponível em: <https://osprimeirosbrasileiros.mn.ufri.br/>

O SESC com o qual realizamos a exposição está situado na cidade de São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro, a uma distância de 25 quilômetros da capital e com uma população de aproximadamente 900 mil pessoas.¹⁰ Mais precisamente, ele se localiza no bairro Estrela do Norte, em uma região bastante periférica, próxima a diferentes comunidades e dista cerca de 5 das instalações da Faculdade de Formação de Professores, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (FFP/UERJ); e há pouco mais de 15 quilômetros, das instalações da Universidade Federal Fluminense (UFF). Disso decorre uma condição singular para a região, com a presença de um público bastante popular e também com a presença de um público universitário significativo.¹¹

A presença de universitários e acadêmicos não estava restrita apenas ao público frequentador e/ou circundante. Na época da proposição da exposição, Katiane Silva, doutoranda em Antropologia Social no Museu Nacional/UFRJ, sob orientação de João Pacheco de Oliveira, ocupava o cargo de Analista Técnica de Projetos Sociais (2013–2016).¹² A inclusão de analistas altamente qualificados academicamente foi uma estratégia adotada pelo SESC para fomentar as ações já sinalizadas no âmbito da educação e da cultura. Eu e Katiane cursávamos o mesmo programa de pós-graduação e estávamos em períodos semelhantes de formação, tendo eu concluído poucos anos antes um período de 48 meses de trabalho como docente de História na Escola Pedro II, uma instituição de referência na educação básica brasileira. Desse modo, a minha formação em pesquisa na área indígena e a minha experiência recém-anterior na educação básica me distinguiam como um corpo técnico qualificado para a proposição de ações nesse âmbito. Naquele momento, cabe retomar, fazia poucos anos da promulgação da Lei 11.645/2008 que tornou obrigatório o ensino da cultura e da história indígena na educação básica e eram escassos, mesmos nos cursos de formação de professores oferecidos pela FFP/UERJ e pela UFF de disciplinas específicas nesse domínio.

Foi nesse contexto, de ausência da oferta de cursos especializados e da presença de uma demanda bastante específica, que desenhei com a autorização de João Pacheco de Oliveira, uma versão compacta da exposição *Os primeiros brasileiros* a ser realizada como culminância de um curso de formação voltado para estudantes da licenciatura e docentes da educação básica da região. O curso, intitulado *Curso de formação continuada em História Indígena*, estava organizado em cinco encontros de 4 horas, nos quais debateríamos os eixos organizativos da exposição *Os primeiros brasileiros*, culminando com a realização de uma mini-mostra na galeria que antecedia o espaço de aula. A ideia da realização da mini-mostra era constituir um espaço favorável à continuidade do debate, a ser promovido pelos egressos do curso junto aos seus próprios estudantes. Constituindo assim um efeito cascata de formação entre diferentes níveis acerca da situação dos povos indígenas no Brasil a partir do caso do Nordeste.

10 Dados do Censo, 2010, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/panorama>

11 Segundo dados da UFF, em 2017 havia 47.254 estudantes matriculados (<https://www.uff.br/?q=censo-2017-alunos-matriculados>),

12 Katiane Silva defendeu seu doutorado em 2015, com uma análise sobre conflitos sociais e ambientais no Auatí-Paraná, Amazonas (Silva, 2015). Atualmente é docente adjunta da Universidade Federal do Pará (UFPA), atuando na Faculdade de Ciências Sociais (FCS), no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e no Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA), do INEAF.

Convém destacar que tomaram parte na realização do curso, além de mim, o próprio João Pacheco de Oliveira, curador da exposição *Os primeiros brasileiros*, como já mencionado; e, Crenivaldo Regis Veloso, à época e até os dias atuais, técnico do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional do Rio de Janeiro, igualmente ex-professor do Colégio Pedro II, pesquisador de temas correlatos à História Indígena e responsável junto conosco e Marcus Vinícius (Colégio Pedro II) pela formulação da cartilha educativa já mencionada que foi utilizada como material didático do curso.

O público, para nossa surpresa, extrapolou os contornos delineados. Além do segmento esperado (docentes e estudantes de licenciatura), apareceram bibliotecários, pastores missionários, donas de casa, estudantes do ensino médio, entre outros interessados em conhecer mais sobre os povos indígenas do Brasil. Esse ambiente bastante diverso foi importante para pensarmos um ajuste na forma de apresentação dos conteúdos para além de um contexto acadêmico propriamente dito. Isso se refletiu na adoção de materiais didáticos audiovisuais, como fotografias, gravuras e filmes; na análise crítica de mapas e documentos históricos; e, especialmente, na abertura de um espaço de diálogo e troca com os conhecimentos prévios apresentados pelos estudantes do curso. Mais do que apresentar novas informações, fez-se necessário e imprescindível desconstruir antigos preconceitos e pré-concepções sobre os povos indígenas trazidos pelo grupo. Pôr em diálogo essas pré-concepções com os conhecimentos que estávamos apresentando foi o grande desafio na realização desse curso de formação, posteriormente replicado no ano de 2015 de modo ampliado, com dez sessões de debates.



Figura 6. João Pacheco de Oliveira na abertura do curso de formação, SESC São Gonçalo, 2014.

Fonte: Foto de Katiane Silva



Figura 7. Rita de Cássia Melo Santos e Crenivaldo Regis Veloso Júnior na exposição mini, SESC São Gonçalo, 2014.

Fonte: Foto de Katiane Silva

O grande desafio na realização do curso e da exposição *Os primeiros brasileiros* versão mini residiu em condensar os mais de 2 mil metros quadrados num espaço de 30 metros quadrados. Convém destacar que aquela altura, eu já havia realizado com João Pacheco Oliveira, o reordenamento da exposição em quatro outras ocasiões, Recife (2007), Fortaleza (2008), Rio de Janeiro (2009) e Córdoba, Argentina (2013), e estava em curso o planejamento da exposição a ser realizada em Natal (ainda no ano de 2014). Esses exercícios de síntese e readequação foram fundamentais para entendermos quais os elementos centrais davam sustentação à proposta e quais não poderíamos abdicar mesmo em espaços ultra reduzidos como aquele de São Gonçalo.

Fizemos a opção por manter de modo reagrupado os quatro regimes e, segundo as sugestões da designer Clarisse Earp, estabelecemos uma faixa de cor na parte superior dos painéis sugerindo aos visitantes os agrupamentos anteriormente realizados por meio das salas, favorecendo assim a compreensão da passagem de um regime a outro. Outra opção adotada foi a junção de imagens e textos no mesmo painel, de modo a facilitar o reordenamento quando da sua remontagem em outros espaços, sem correr riscos de inversões ou erros nas associações pretendidas. Um texto de apresentação explicando os regimes e sugerindo um percurso de visitação funcionava como um farol para os visitantes quando não houvessem mediadores ou quando recusassem a sua presença.

No primeiro eixo, abdicamos da cena da viagem e introduzimos a exposi o j a a partir da cena dos *Primeiros Brasileiros*, que foi representada pelos quadros a  ndia e o  ndio Camac  de Debret. Eles eram os primeiros painéis vistos pelos visitantes, aos quais se seguiam imagens relativas ao paraíso terrenal, com as vinhetas de mapas apresentando

o processo de degradação das imagens dos indígenas promovidos ao longo dos primeiros séculos de colonização e fechando com as imagens representativas da América, que constituíram uma das formas de objetificação e criminalização desses povos por meio da reiterada afirmação do canibalismo e do primitivismo, que passaram a ser associados a esses povos com o avançar da colonização.

No segundo regime, centrávamos as imagens apresentadas na sala referida à armadilha da colonização. Uma sequência de imagens falava do processo de descimento, guerras coloniais, trabalho compulsório e dos casamentos e relações inter-étnicas e inter-raciais forçadas pelo regime colonial. Esse conjunto de imagens era acompanhado por trechos de documentos de época, onde esses aspectos eram detalhados verbalmente, potencializando a leitura sugerida pelas imagens. Ainda no âmbito do segundo regime, estabelecemos um terceiro bloco de imagens onde produzimos a junção das salas anteriormente dedicadas ao indianismo e romantismo e a extinção dos aldeamentos. Imagens do século XIX, como *Moema*, *O último tamoio* e *Iracema*, amplamente conhecidas por meio dos livros didáticos, foram justapostas ao processo de celebração dos indígenas como símbolo nacional e de extinção dos aldeamentos, aspectos esses raramente narrados no âmbito escolar e universitário. A introdução de um elemento desconhecido e contundente num mesmo contexto de conhecimento conhecido e consolidado provocava fissuras e incitava o debate entre os visitantes, formados sobretudo pelo público escolar.

Dadas as condições de exibição, com espaço reduzido e a mostra em curso a ser realizada em Natal onde a coleção etnográfica seria exibida, foi necessário suprimir todo o regime representado pelo *mundo indígena*, passando-se diretamente à apresentação do *mundo contemporâneo*. Nesse espaço, mantivemos a menção aos processos de auto-organização dos indígenas por meio da história da APOINME e do mapa das terras indígenas; bem como, o esforço por singularizar e particularizar a história dos povos da região Nordeste, para isso mantendo a apresentação das histórias locais de cinco povos indígenas; e, por fim, encerrando a mini-mostra mantivemos a exibição do documentário sobre as mulheres indígenas com suas trajetórias singulares de interconexão entre o mundo indígena e o mundo não indígena, já mencionado na situação anteriormente analisada.

A exposição, inaugurada pouco antes do Dia dos Povos Indígenas (19 de abril), permaneceu por um período de 45 dias, durante os quais o público escolar levado pelos egressos do curso preparatório puderam frequentar. Esse mesmo material, após a desmontagem, seguiu nos anos seguintes (2015–2016) a uma breve itinerância nas dependências do Colégio Pedro II, nas unidades Realengo e São Cristóvão II. E, em 2017, esteve em exibição na Fundação Casa de José Américo, na cidade de João Pessoa–PB, para onde o material seguiu junto comigo em 2016, após meu ingresso como docente permanente da Universidade Federal da Paraíba. Entre 2018 e 2019, ela passou a integrar os planos de ocupação do Centro Cultural Potiguara a ser instalado no território indígena Potiguara, na cidade de Rio Tinto, na Paraíba. A pandemia e outros acontecimentos desmobilizaram o processo de construção do Centro Cultural que até o momento não foi plenamente implementado.



Figura 8. Rita de Cássia Melo Santos em fala no Colégio Pedro II, São Cristóvão, 2016.

Fonte: Foto de Faber Paganoto

Algumas considerações finais

Ao longo desse artigo destaca-se a presença e a atuação de pelo menos quatro grandes segmentos de pessoas - indígenas (universitários ou não), estudantes em diferentes níveis de formação (pós-graduação, graduação e educação básica), equipes técnicas e público em geral. Esse universo mobilizado pela exposição *Os primeiros brasileiros* desdobrou-se ao longo do tempo em diferentes agentes com produções próprias que foram atuando e constituindo o seu próprio modo de dialogar com a antropologia. Do grupo inicial, mobilizado no contexto de formulação da primeira mostra da exposição, tivemos a formação de duas docentes e pesquisadoras universitárias, eu e Mariana Dantas; e uma docente da educação básica, Thais Brayner.

Os temas desenvolvidos por todas em suas pesquisas de mestrado e doutorado guardam uma correlação com a temática proposta na exposição e seus trabalhos ao longo do tempo, com a participação em congressos e publicações elaboradas em conjunto. Além disso, demonstram uma certa atualização e construção de uma comunidade de produção de conhecimento em torno desse modo de fazer Antropologia. Um exemplo mais recente

desse diálogo, especialmente entre Mariana Dantas, João Pacheco de Oliveira e eu, são os trabalhos desenvolvidos na revista *Memórias Insurgentes*¹³ e na publicação do livro, *Povos indígenas, independência e muitas histórias*, por ela organizado com outros historiadores (Costa, Dantas, Moreira, Melo e Oliveira, 2022), entre outros trabalhos em comum.

Ainda em relação aos estudantes vinculados à pós-graduação, cabe destacar a atuação minha e de Katiane Silva junto ao SESC para formulação de uma proposta acessível a estudantes e público em geral, numa cidade situada na região metropolitana do Rio de Janeiro, espaço no qual aqueles debates não são recorrentemente apresentados. Essa formulação, realizada oito anos após a primeira mostra, já apontava para um certo grau de autonomia em relação ao projeto inicial. Assinalada pela radical redução da exposição e realização conjunta com um curso de formação e qualificação de pessoas vinculadas à educação básica e às licenciaturas; contudo, guardando uma íntima conexão com o projeto inicial e a participação do curador em uma das sessões do curso e seu apoio e acompanhamento ao longo de todo processo de formulação da proposta, aportando inclusive os recursos necessários para elaboração de material didático, através do projeto já mencionado de financiamento pela Faperj.

Uma segunda linha de formação mais difusa e de difícil quantificação diz respeito aos efeitos exponenciais que esses tipos de iniciativas tiveram no âmbito da educação básica. Quando estive como docente no Colégio Pedro II, entre março de 2011 e fevereiro de 2013, conduzi no âmbito dos projetos de humanidades uma investigação sobre os povos indígenas do Brasil. Cabia aos estudantes do 7o ano (cerca de 13 anos), organizados em grupos de 5 a 8 pessoas, elegerem um povo indígena e mapearem suas condições de acesso aos direitos diferenciados previstos em lei, tais como território, saúde e educação. A partir dos levantamentos, eles poderiam apresentar os resultados sob diferentes formatos (mapa conceitual, mini-documentário, exposição fotográfica ou quadrinhos) na feira anual que acontecia no colégio e reunia todos os projetos desenvolvidos ao longo do ano. Essa iniciativa foi retomada de outro modo com a presença da mini-exposição nos corredores da escola, no ano de 2015. Muitos anos depois, uma colega do Pedro II contava-me que, ao adentrar para uma aula sobre povos indígenas no ensino médio e ao questionar os estudantes sobre os seus conhecimentos prévios, havia me mencionado como uma experiência positiva de conhecimento sobre os indígenas do Brasil.

O mini-documentário produzido por Bruno Pacheco de Oliveira em 2009 e disponibilizado no seu canal no YouTube em 2012 conta hoje com 36 mil visualizações. Nos comentários registrados nesse canal, podemos recuperar alguns pequenos sinais de como tem se dado sua recepção. “Muito bom! Irei utilizar em minhas aulas na formação de professores. Parabéns por esse e os demais vídeos produzidos. São muito importantes pra atualizarmos esse debate na educação brasileira!” (@kellyrusso, em 2014); “Estou aqui pela minha escola estou adorando o vídeo” (@mariedits1475, em 2021); “Muito legal a iniciativa. Sinto falta desse tipo de material audiovisual” (@paulohistoriaverificada, em 2020);

13 Disponível em: <http://www.memoriasinsurgentes.org/index.php/pt/>

e, “O vídeo é tão legal que até a professora mandou” (@aguedaalves2996, em 2021). Do curso de formação realizado no SESC, uma das participantes era bibliotecária e contava ter iniciado o levantamento, a organização e a sistematização das publicações literárias empreendidas por pessoas indígenas, criando uma sessão especial dedicada ao tema em seu trabalho. No ano seguinte, ela retornou para a segunda edição do curso e mencionava empolgada sobre sua atuação junto a outras escolas da educação básica, divulgando o material que ela mesma havia produzido.

Em 2023, Glicéria Tupinambá ingressou no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ sob orientação de João Pacheco de Oliveira, com o objetivo de desenvolver um trabalho investigativo sobre o manto Tupinambá. Ao longo de todos esses anos, Glicéria teceu outros mantos e refez muitos caminhos, encontrando na formação acadêmica de um programa de excelência um espaço para mais uma de suas tecituras. Sinto que não é possível mapear todos os nós dessa imensa rede que se constituiu ao longo do tempo em torno de e a partir da exposição *Os primeiros brasileiros*. Alguns dos laços mais próximos e visíveis foram indicados ao longo desse texto e sugerem como ela foi um solo fértil, a partir do qual jovens estudantes tiveram espaço para formulação dos seus primeiros temas de pesquisa e, a partir daí, com seus próprios esforços, trilharam outros caminhos, se profissionalizando na disciplina e pluralizando, como o título do artigo quis sugerir, as muitas formas de se fazer antropologia e as narrativas a ela associadas.

A exposição desse modo, torna-se um ponto privilegiado de observação para as muitas mudanças ocorridas ao longo das últimas duas décadas no Brasil. Saímos de um ponto no qual a presença indígena na região Nordeste possuía pouca visibilidade, para um contexto de profunda mobilização dos povos indígenas que atualmente organizam os seus modos de luta a partir de novos espaços, dentre eles o universitário. Essa presença marcante constituiu um importante ponto de virada nas narrativas construídas desde e a partir da universidade, ressignificou suas relações com as comunidades circundantes e instituiu novos regimes de memória e requereu novos modos de representação dessas coletividades (Pacheco de Oliveira, 2016). Trata-se, portanto, de um lugar que permite entrever as mudanças ocorridas tanto nos processos de organização e luta das comunidades indígenas quanto dos efeitos sobre a produção antropológica acerca dessas populações.

Referências bibliográficas:

- Balandier, Georges. “La Situation Coloniale: Approche Théorique”. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, XI (1991): 44-79.
- Brayner, Thaís. *Culturas e Etnicidades em Exposição: os indígenas no imaginário dos visitantes da exposição*. TCC, Licenciatura em Ciências Sociais, UFPE. Recife, UFPE, 2008.
- Brayner, Thaís. *É terra indígena porque é sagrada: Santuário dos Pajés*. Dissertação de Mestrado. Brasília, Unb, 2013.
- Cardoso de Oliveira, Roberto. “Peripheral anthropologies “versus” central anthropologies”. *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, vol. 4, núm.2 (1999):10-31.

- Costa, João Paulo P., Mariana A. Dantas, Vânia M. L. Moreira, Karina M. R. S. E. Melo, e Tatiana G. Oliveira, Orgs. *Povos indígenas, independência e muitas histórias: repensando o Brasil no século XIX*. Curitiba: CRV, 2022.
- Dantas, Mariana A. *Dimensões da participação política indígena: Estado nacional e revoltas em Pernambuco e Alagoas, 1817-1848*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.
- Greenblatt, Stephen Jay. *Possessões maravilhosas: o deslumbramento do Novo Mundo*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- Dias, Caio Gonçalves. *A cultura que se planeja: políticas culturais, do Ministério da Cultura ao governo Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.
- ICOM, 2022. “Uma mulher indígena questionando o legado colonialista dos museus: Conversa com Glicéria Tupinambá”. Entrevistador: Bruno Brulon Soares, Transcrição: Pedro Marco Gonçalves. 1 de Abril de 2022. https://icom.museum/wp-content/uploads/2023/09/Interview_portuguese.pdf.
- Jimeno, Myriam. “La vocación crítica de la antropología en Latinoamérica”. *Antípoda*, 1(2005): 44-65. <https://doi.org/10.7440/antipoda1.2005.03>
- Jimeno, Myriam. “La emergencia del investigador ciudadano: estilos de antropología y crisis de modelos en la antropología colombiana”. Em *La formación del estado nación y las disciplinas sociales en Colombia*, editado por Jairo Tocancipá, 157-190, Popayán: Universidad del Cauca, 2000.
- Restrepo, Eduardo e Arturo Escobar. “‘Other Anthropologies and Anthropology Otherwise’: Steps to a World Anthropologies Framework”. *Critique of Anthropology* 25, no.2 (2005):99-128. <https://doi.org/10.1177/0308275X05053009>
- Ribeiro, Gustavo Lins e Arturo Escobar, eds.. “World Anthropologies: Disciplinary Transformations in Systems of Power Em *World Anthropologies: Disciplinary Transformations in Systems of Power*, 1-25. Oxford: Berg., 2006.
- Pacheco de Oliveira, João e Rita de Cássia Melo Santos. *De acervos coloniais aos museus indígenas: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019.
- Pacheco de Oliveira, João e Rita de Cássia Melo Santos, org.. “Descolonizando a ilusão museal. Etnografia de uma proposta expositiva”. Em *De acervos coloniais aos museus indígenas. Formas de protagonismo e de construção da ilusão museal, vol. 1*, 397-434. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019.
- Pacheco de Oliveira, João. “Desafios contemporâneos para a Antropologia no Brasil. Sinais de uma nova tradição etnográfica e de uma relação distinta com os seus “outros””. *Revista Mundaú*, vol. 4 (2018);141-159.
- Pacheco de Oliveira, João. *O Nascimento do Brasil e Outros Ensaio: “Pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2016.
- Pacheco de Oliveira, João (org.). *A Presença Indígena no Nordeste: Processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.
- Pacheco de Oliveira, João. “O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI”. *Tempo. Revista do departamento de História da UFF*, vol. 12 (2007):73-99.
- Pacheco de Oliveira, João. “Pluralizando tradiciones etnográficas: Sobre un cierto mal estar en la Antropología . EM *Hacia una Antropología del Indigenismo*, 201-218. Lima e Rio de Janeiro: CAAAP/Contra Capa, 2006.
- Pacheco de Oliveira, João. *A Viagem da Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2004 [1999].
- Pacheco de Oliveira, João. “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais *MANA*, vol. 4, núm.1, (1998): 47-77.
- Pacheco de Oliveira, João. *Atlas das Terras Indígenas/Nordeste*. Rio de Janeiro: PETI, 1994.
- Rapaport, Joanne. “Hacia la descolonización de la producción intelectual indígena en Colombia”. Em *Moderidad, identidad y desarrollo*, editado por María Lucía Sotomayor. Bogotá: ICANH, 1998.

- Roca, Andrea. *Objetos albeios, histórias compartilhadas: os usos do tempo em um museu etnográfico*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2008.
- SAE, Santos e Rita de Cássia Melo Santos. *Guia Didático da exposição “Os Primeiros Brasileiros”, Edição Virtual 2021*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2021. https://acervosvirtuais.ufpel.edu.br/museuafrobrasilsul/wp-content/uploads/sites/4/tainacan-items/55334/55652/OPB-Guia-Educativo-Expo-Virtual_FINAL-alta.pdf
- Stocking Jr., George W. “Colonial Situations”. Em: *Colonial Situations. Essays on the Contextualization of Ethnographic Knowledge (Coleção History of Anthropology, vol. 7)*, editado por George W. Stocking Jr., 3-8. Madison: The University of Wisconsin Press, 1991.
- Silva, Katiane. *Parente é Serpente: Ambientalismo, Conflitos Sociais e Uso dos Recursos Naturais no Auati-Paraná, Amazonas*. Tese de Doutorado em Antropologia Social/MN/UFRJ. Rio de Janeiro, UFRJ, 2015.
- Santos, Rita de Cássia Melo. “Libânio Koluizorocê. Fragmentos da participação indígena na construção nacional”. *Memórias insurgentes* vol. 1 (2022): 134.
- Santos, Rita de Cássia Melo. *No coração do Brasil: a expedição de Edgar Roquette-Pinto à Serra do Norte (1912)*. Rio de Janeiro: SEE/Museu Nacional, 2020.
- Santos, Rita de Cássia Melo. *Um naturalista e seus múltiplos: colecionismo, projeto austríaco na América e as viagens de Johann Natterer no Brasil (1817-1835)*. Tese em Antropologia Social, PPGAS/MN/UFRJ. Rio de Janeiro, UFRJ, 2016.
- Souza Lima, Antônio Carlos. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- Vasco, Luis Guillermo. “Así es mi método en etnografía”. *Tabula Rasa*, no. 6 (2007): 19-52. <https://doi.org/10.25058/20112742.285>